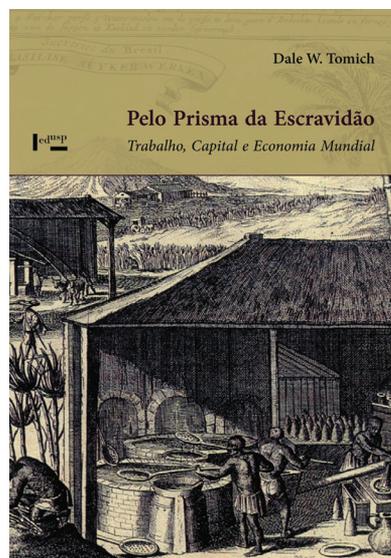


O retorno de antigo e vibrante debate: as mediações entre escravidão e capitalismo

Guilherme de Paula Costa Santos

OS ESTUDOS sobre escravidão possuem uma característica que nem sempre temas de igual importância conseguem alcançar: inserem-se em debate teórico rico, pujante e de variadas nuances que envolve não só discussões acerca da origem e consolidação do capitalismo, mas também a forma pela qual cada região do planeta relacionou-se a esse sistema. Não fugindo a esse aspecto, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial* reaviva questionamentos e propõe inovadoras alternativas de interpretação. Escrito por Dale W. Tomich, professor de História e Sociologia da Universidade de Binghamton, o livro retoma a polêmica a respeito dos nexos entre a escravidão e a formação do capitalismo e, sobretudo, oferece argumentos e evidências com sérias implicações para a compreensão das dimensões políticas e econômicas do Império no Brasil do século XIX.

Lançada em 2011, a obra é a tradução de *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy*, editada pela primeira vez em 1999. Reúne nove ensaios escritos de 1987 a 1997, publicados em sua maioria em coletâneas compostas por outros pesquisadores anglo-saxões. Embora a diferença de tempo entre a edição original e a tradução para o português ultrapasse dez anos, as ideias principais de Tomich já circulam pelos ambientes universitários brasileiros há pelo menos três décadas. Um exemplo é o livro de Tamis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil* (Rio



TOMICH, D. W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial.* Trad. Antonio de Pádua Danesi; revisão técnica de Rafael Bivar Marquese. São Paulo: Edusp, 2011.

de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011), resultado de dissertação de Mestrado, defendida na USP em 2009, fundamentada em grande parte nos horizontes analíticos dispostos por Tomich sobre as significações contraditórias que o escravismo adquiriu na América em concomitância aos processos de independência e de formação dos Estados nacionais.

Além disso, o autor teve oportunidade de difundir seu pensamento no Brasil, especialmente no eixo Rio-São Paulo: foi professor visitante do Departamento de História da Unicamp em 1982 e 1988; da Universidade Federal Fluminense em

1983; do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da USP, em 1998, e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2009. Em 2004, publicou artigo intitulado “O Atlântico como espaço histórico” na Revista *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro, UCAM, jul/dez, 2004)) e, em 2009, em parceria com Rafael de Bivar Marquese, professor do Departamento de História da USP, publicou o capítulo “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” na coleção organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles *O Brasil Imperial*, vol II (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009).

Pelo prisma da escravidão está dividido em três partes de três capítulos cada uma e tem por objetivo principal “deslindar de que modo as histórias de certas formações escravistas das Américas foram moldadas pela sua inserção no mercado global, na divisão do trabalho e no sistema interestatal – como também, inversamente, repensar a partir da perspectiva da escravidão do Novo Mundo a evolução histórica do capitalismo moderno em seu aspecto de economia mundial” (p. 13).

O livro não deixa de ser uma reverberação do longo debate que envolveu a relação entre escravidão e capitalismo principiado com maior nitidez por Eric Williams, em 1944, com o lançamento de *Capitalismo e escravidão*. A tese de Williams buscava realçar não só a conexão entre a escravidão no Novo Mundo e a formação do capitalismo na Europa, mas, principalmente, demonstrar como os interesses calcados no livre comércio levaram os capitalistas ligados ao refino

de açúcar a uma batalha contra a escravidão. Williams estabelece o forte jogo de interesses econômicos ligados a abolição do trabalho escravo nas colônias inglesas, contrapondo-se à tese de que tal emancipação teria sido obra do compromisso moral e benevolente do Império Britânico.

Essa perspectiva de análise foi, entretanto, fortemente colocada em suspeição a partir de estudos que revisaram a assertiva de Williams, como os textos de Seymour Drescher podem exemplificar. O resultado desse debate acabou levando as pesquisas acadêmicas sobre escravidão à problemas mais específicos e locais que não consideravam ponderações de ordens estruturais ou conjunturais, características marcante de *Capitalismo e escravidão* de Williams.

Nesse sentido, o desafio que Dale Tomich se propõe não é dos mais simples e traduz-se por recuperar uma abordagem mais global ou conjuntural, presente em Williams, sem deixar de considerar as particularidades e dilemas locais e específicos da região escravista caribenha. Por isso, ao longo da primeira parte da obra, o autor busca esclarecer os pressupostos metodológicos e os limites epistemológicos das várias perspectivas teóricas utilizadas por historiadores e sociólogos que se dedicaram ao tema. A análise recai com maior profundidade sobre os postulados da Nova História Econômica; do Marxismo, através da obra de Eugene Genovese e de Robert Brenner; e da Teoria do Sistema Mundial, de Immanuel Wallerstein.

Nos estudos marxistas, o autor identifica o forte apego das investigações ao princípio da emergência do trabalho assalariado como medida definidora das demais relações de produção. Perspectiva

na qual se constrói um pensamento evolutivo-linear e impede o mapeamento das intermediações estabelecidas por relações sociais distintas. Quanto às proposições do Sistema Mundial Moderno, bem como a plataforma teórica neoclássica dos estudos elaborados no âmbito da Nova História Econômica, Tomich revela o entendimento implícito de um mercado abstrato e transcendente, responsável pela organização das trocas e da divisão internacional do trabalho.

Para o historiador, a imprecisão teórico-metodológica dos estudos referenciados acima resultou da não consideração de que, em *O Capital*, Marx mirou a construção lógica da relação capital e trabalho assalariado. Dessa forma, ao privilegiar o objetivo da obra e sua exposição, o autor deliberadamente reputou como secundário e de importância menor as contingências históricas. A partir de tais reflexões, Tomich propõe percorrer o caminho inverso daquele trilhado por Marx, investigando notadamente processos e circunstâncias históricas desconsiderados pelo autor de *O Capital*.

Elege como uma de suas questões centrais as articulações entretecidas pela mercadoria, desde a produção até o consumo, o que permite integrar a esfera do mercado às diferentes zonas de produção distribuídas pelo globo e, assim, compreender como se construiu a coerência interna do mercado mundial em relação à divisão do trabalho no planeta. A perspectiva leva, portanto, à percepção de que o mercado pode “ser entendido como a mediação histórica concreta entre formas específicas de produção” (p.73).

Definida metodologicamente a abordagem, Tomich procura, então, apresentar as inter-relações do Caribe escravista com

a nova conjuntura do mercado mundial, instaurada entre final do século XVIII e 1815. É nesse contexto que elabora a expressão “segunda escravidão”, chave teórica e histórica que servirá de eixo narrativo para a investigação exposta no restante da obra.

A expressão “segunda escravidão” diz respeito a reconfiguração que o trabalho escravo sofreu a partir da consolidação do domínio marítimo-comercial e financeiro exercido pela Grã-Bretanha e pelo aumento exponencial da demanda por produtos agrícolas tropicais da classe trabalhadora europeia. Para o autor, tal conjuntura favoreceu e ditou o ritmo de crescimento da produção escravista na América em escala e característica diversas das existentes até então: a produção escravista passava a ser destinada ao mercado global e a sofrer com as pressões de aumento de oferta, barateamento do produto final e redução de custos de produção. Por um lado, a demanda mundial por produtos agrícolas tropicais levava a intensificação do trabalho escravo na América; por outro, a massificação da produção e a luta dos senhores por entregar um produto mais barato e de consumo amplo também promoveu mudanças na relação entre capital e trabalho assalariado na Europa. Em suma, a “segunda escravidão” remete a constatação de uma mudança na prática escravista do final dos setecentos para o início do século XIX, uma escravidão regida, por assim dizer, pelo relógio do próprio capitalismo.

Ao analisar as conexões, aproximações ou distanciamentos que as regiões caribenhas estabeleceram com o mercado mundial, Tomich verifica que a abertura de novas condições no mercado atlântico, pautadas pelo controle britânico do

fluxo direto de mercadorias para o mercado mundial, e a transformação social europeia, calcada na industrialização, urbanização e no crescimento populacional, delinearão uma forte mudança operada no e pelo mercado global: novos modelos de demanda, novas camadas sociais e novas camadas de consumo.

A reconfiguração do mercado, bem como a expansão das áreas produtoras dependentes do trabalho escravo, levou ao estabelecimento de liames até então não identificados claramente. Tomich observa que a presença de mercadorias produzidas por escravos acabou influenciando a própria relação entre o trabalho assalariado e o capital no mercado europeu, isto é, para ser possível aumentar a mais-valia mediante redução de salários, era necessária a oferta de produtos gerados por trabalhadores escravos “cada vez mais baratos para o consumo da classe trabalhadora”. Eis, portanto, o trabalho escravo como elemento inerente e iminente à consolidação do trabalho assalariado.

Atento aos ganhos que a abordagem alicerçada no foco das inter-relações e das interdependências é capaz de produzir, Tomich descreve um panorama dos fatores que levaram Cuba à posição de maior exportador de açúcar do mundo como também expende de modo renovado o quadro de compreensão sobre os motivos que levaram à abolição da escravidão nos Impérios Britânico e Francês, examinando os casos de Jamaica e Martinica.

A resposta cubana à forte demanda do mercado por produtos agrícolas, particularmente o açúcar, associou-se à existência abundante de terras, ao abastecimento de mão de obra regular via tráfico de escravos e à projeção positiva para a

realização de investimentos de grande vulto de capital. Em virtude do Império Espanhol não absorver toda a oferta de açúcar produzida na ilha, os fazendeiros cubanos lutaram para ter liberdade de comércio, conquistada em 1818, visando ampliar mercados e competir naqueles sob proteção de Inglaterra e França. Sob tal ímpeto, não pouparam esforços para aumentar a produção, barateando seus custos, com o fito de oferecer um produto final extremamente acessível. É nesse sentido que são compreendidas a expansão das lavouras de cana-de-açúcar em outras regiões da ilha de Cuba, a construção da primeira ferrovia nas Américas, em 1837, e a introdução de máquinas operadas por escravos nos canaviais. O crescimento exponencial da produção de açúcar cubano foi em grande medida a resposta positiva às necessidades do mercado mundial, fator que levou outras regiões produtoras de açúcar no Caribe à complicações estruturais.

O caso de Jamaica e Martinica ilustram bem a inter-relação entre fatores globais e locais na lógica capitalista. Diante da pressão exercida pelo mercado internacional, Tomich reconhece a debilidade dessas regiões manterem-se como grandes exportadoras de açúcar. Embora as Índias Britânicas, particularmente a Jamaica, tivessem respondido a contento à demanda mundial no primeiro quarto do século XIX, o autor identifica as dificuldades sofridas por esses territórios ao longo da década de 1820. A ocupação total das terras férteis desde o século XVIII e a perspectiva de uma margem pequena de ganhos, ao se comparar os custos de investimentos de infraestrutura e tecnologia de produção ao tempo de retorno do capital, levaram os fazendeiros da Jamaica a não arriscar

seus capitais da maneira como os plantadores cubanos haviam feito.

Martinica trilhou caminho análogo ao jamaicano. Mesmo recebendo proteção do governo francês para desenvolver a produção pós-1815, a região não pre-dispunha nem área livre para a expansão das plantações nem capitais para investimento em ferrovias e em tecnologias para aumentar e baratear a produção. Dada as condições protecionistas, a produção de açúcar de beterraba francês passou a competir com os próprios plantadores de Martinica. A tentativa de diminuir custos e adotar uma posição mais agressiva no mercado mundial não teve desenvolvimento quando a proposta da construção de uma Usina Central sofreu rejeição dos plantadores, em virtude de desconfianças dos financistas metropolitanos, bem como da manifestação do medo de perder o controle da própria produção. Ao final, os plantadores escravistas de Martinica e Jamaica sucumbiram ao poder de competição dos plantadores escravistas de Cuba. Enquanto Cuba adequou a produção escrava ao mercado mundial do século XIX, Jamaica e Martinica mantiveram-se na “primeira escravidão”, uma escravidão alicerçada, direcionada e protegida pela metrópole.

Para Tomich, a emancipação do trabalho escravo pode ser entendida como uma via de mão-dupla sintetizada pela pressão do mercado mundial e pelo tipo de resposta dada por cada zona de produção. A pressão do livre-comércio sobre a escravidão inglesa e francesa não nasceu da indústria de refino de açúcar, como componente atávico do desenvolvimento do capitalismo, mas sim da entrada cada vez maior, ano a ano, do açúcar cubano produzido por escravos.

A indústria de refino passou a pressionar pelo livre-comércio porque as próprias zonas de trabalho escravistas davam condições para que tal medida fosse requisitada. Assim, a operação emancipacionista dos escravos pelo livre-comércio foi seletiva: algumas áreas escravistas foram atacadas e outras, preservadas. Sob tais circunstâncias, ganha relevo a contradição entre o recrudescimento da escravidão em Cuba, Brasil e Estados Unidos, nessa época, e o crescimento das pressões para a extinção da prática escravista.

A última parte do livro dedica-se ao estudo da escravidão na colônia francesa de Martinica e tem por objetivo compreender como as demandas do mercado global influenciaram o regime de trabalho na região antes e depois da emancipação dos escravos, em 1848.

Analisando o costume do “Sábado Livre”, pelo qual o escravo nesse dia da semana poderia dedicar-se à sua plantação de subsistência, Tomich visualiza a dificuldade dos plantadores escravistas para aprisionar integralmente o tempo dos escravos na produção açucareira. Justamente no momento da reconfiguração do mercado, havia em Martinica um obstáculo ao aumento da produção: uma célula de autonomia e independência do escravo em relação ao senhor e ao próprio trabalho na grande lavoura. Os dilemas vividos por escravos e senhores em torno da definição do tempo dedicado à agricultura de subsistência escrava e do tempo dedicado à produção de açúcar, gestaram, ao longo do período de existência da escravidão e da pressão pelo trabalho na grande lavoura, formas de organização que colocavam o trabalho escravo em questionamento. No seio do regime de produção, foram criadas práticas autônomas que se mantiveram

no período pós-escravidão e obstaram sobremaneira a disciplina e a criação de novas formas de dominação. À vista das autoridades francesas, depois de tentativas fracassadas de inserção de regimes de parceria e de outras alternativas, o controle da mão de obra só poderia ser realizado por intermédio do trabalho assalariado, sendo este, talvez, o único artifício capaz de impedir os trabalhadores emancipados de desfrutar do tempo ou na horta de subsistência ou como bem entendessem. No fundo, a questão não era o modo pelo qual o trabalho deveria ser exercido, mas que meios de dominação seriam necessários para que ele fosse executado.

Os ensaios reunidos em *Pelo prisma da escravidão* e, sobretudo, argumentos e propostas metodológicas defendidos por Tomich minam a perspectiva evolutiva-linear corrente sobre a escravidão moderna e sua supressão. Nesse sentido, provocam o leitor a refletir, também, sobre interpretações comumente veiculadas a respeito da sociedade brasileira do século XIX, calcadas não só na suposição de uma cronologia teleológica para o término da escravidão como na assertiva de que o trabalho escravo foi a condição estrutural impeditiva da formação completa e modelar da nação e do Estado nacional. Mesmo não se atendo diretamente ao cenário do Império, o livro descortina possibilidade interpretativa, fundamentada em vigorosa pesquisa e rigor teórico, na qual escravidão, capitalismo e propagação de ideias liberais estavam coerentemente alinhadas, configurando-se a economia e a política como dimensões diferentes do mesmo movimento de expansão e transformação do capital à época. Sua leitura contribui e muito para rechaçar a premissa, velha conhecida, de

que a história brasileira foi marcada por um secular descompasso entre relações sociais e práticas políticas, além de nos fazer relembrar a relevância de outros estudos que, mesmo apresentando especificidades, há muito tempo vem indicando a compatibilidade entre liberalismo e escravidão, a exemplo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Alfredo Bosi, Izabel Marson e, mais recentemente, as pesquisas realizadas e orientadas por Rafael de Bivar Marquese.

Guilherme de Paula Costa Santos é mestre pela USP e doutorando em História Social/USP, bolsista Fapesp.

@ – gpcsantos@usp.br